Vânia Bambirra: ao pé do canhão!

João Gabriel Gaspar Ballesteros¹
Ruan Mazza Kastrup Carneiro Rehen²

Resumo

Resenha da obra “O capitalismo dependente latino-americano”, publicada pela editora Insular em 2013, para compor sua Coleção Pátria Grande, que foi escolhida como a leitura do mês de maio de 2025 do Observatório Latino-Americano do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras-chave: Vânia Bambirra, Teoria Marxista da Dependência, América Latina.

Vania Bambirra: ¡al pie del cañón!

Resumen

Reseña del libro “O capitalismo dependente latino-americano”, publicado por la editora Insular en 2013 como parte de su Colección Pátria Grande, el cual fue elegido como la lectura del mes de mayo de 2025 del Observatorio Latinoamericano del Instituto de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Federal de Santa Catarina.

Palabras-clave: Vania Bambirra, Teoría Marxista de la Dependencia, América Latina.

Vania Bambirra: at the foot of the cannon!

Abstract

Review of the book “O capitalismo dependente latino-americano”, published by Insular in 2013 as part of its Pátria Grande Collection, which was chosen as the reading for May 2025 of the Latin American Observatory of the Institute of Latin American Studies of the Federal University of Santa Catarina.

Key words: Vania Bambirra, Marxist Dependency Theory, Latin America.

A leitura escolhida pelos participantes do Observatório Latino-Americano (OLA) – grupo de estudos do pensamento crítico latino-americano, organizado no âmbito do Instituto

¹ Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina. joaogkg@hotmail.com

² Graduando em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina. ruanmazzak@gmail.com

de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IELA-UFSC) – para estudo e discussão no mês de maio último foi “O capitalismo dependente latino-americano”, de Vânia Bambirra.

Publicada originalmente em 1972 pela editora *Prensa Latinoamericana*, no Chile, donde a autora estava exilada, a edição mais consagrada de “O capitalismo dependente latino-americano”, no entanto, é aquela da editora mexicana *Siglo XXI*, de 1974, cuja 1ª remessa de exemplares foi lançada pouco após o golpe militar conflagrado contra o governo da *Unidad Popular* em 1973, o qual, precisamente, obriga Vânia a deixar o Chile em direção ao México.

A edição consultada pelos participantes do OLA foi aquela publicada primorosamente pela editora Insular, em 2013 – sendo uma tradução da 15ª edição da obra, lançada pela *Siglo XXI* em 1999 –, para compor, como seu segundo título, a Coleção Pátria Grande, organizada pela Insular em parceria com o IELA-UFSC. Nela, figuram, para além do texto integral da obra e da nota prévia preparada por Vânia ainda em 1971, três excelentes textos: uma nota introdutória – que, basicamente, apresenta “cinco porquês” de Vânia ter direito a um lugar bastante especial no mausoléu dos pensadores da Pátria Grande –, assinada por uma das tradutoras da obra, Fernanda Correa Prado; uma nota de tradução; e um belíssimo prefácio à edição brasileira, escrito por Vânia especialmente para a edição da Insular, em 2012, em que ela conclama: “Vamos, mais do que aguardar os acontecimentos, tentar interferir neles fazendo política, tentando acelerar o grande motor da história.” (BAMBIRRA, 2013, p. 27).

Em “O capitalismo dependente latino-americano”, Vânia Bambirra busca formular uma tipologia do subdesenvolvimento latino-americano, operando, para tanto, em um nível intermediário de abstração, o que lhe permite satisfatoriamente extrair os elementos em comum das nações latino-americanas sem, com isso, desprezar, em sua análise, as particularidades de cada parte.

Vânia, é importante notá-lo, não foi a primeira intelectual a construir uma tipologia do subdesenvolvimento. Ela difere, porém, dos pensadores cepalinos e weberianos que a antecederam nessa empreitada, devido, fundamentalmente, ao método empregado: seu ferramental de análise histórico-materialista permite a Vânia debruçar-se sobre o fenômeno do subdesenvolvimento – e sobre as próprias estruturas que engendram uma forma específica de capitalismo na periferia americana – considerando, em primeiro lugar, os interesses dos segmentos das sociedades latino-americanas em luta pela hegemonia política, cujos representantes mais consequentes são os trabalhadores e a burguesia, de modo a apreender a essência material do seu objeto de pesquisa – diferentemente daqueles que a precederam, portanto, os quais se prenderam, desde tradições de pensamento sociológicas, por exemplo, a

aspectos apenas superestruturais do fenômeno em questão.

E Vânia supera – criticando-os aberta e contundentemente – aos seus antecessores sem desprezar, jamais, seu esforço explicativo, por mais limitado tenha-se mostrado: em um proceder exemplar de absoluta honestidade e, por consequência, grandeza intelectual, ela mostra, sem rodeios, no que Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e outros contribuíram, efetivamente, para uma compreensão concreta da realidade latino-americana, deixando, claro, porém, como tais autores não lograram ir para além da explicação apenas do aspecto “consentido” da realidade.

Cultivando, nesse sentido, algo que deveria ser bastante caro para os marxistas (mas que, infelizmente, parece não o é, sobretudo atualmente), Vânia jamais deixa de lado a contradição, como se pode ver já nesse primeiro momento da obra, em que é feito como que um “estado da arte” de tipologias do subdesenvolvimento latino-americano: ao mesmo tempo em que foram importantes os trabalhos desenvolvidos pelos cepalinos e weberianos para a compreensão da temática, produziu-se, por meio deles, ideologia – a serviço, claro, de algo e de alguém.

Vale, aqui, que nos detenhamos na crítica feita por Vânia à tipologia de Cardoso e Faletto – que chamou-lhe especialmente a atenção –, os quais, basicamente, separavam os países que foram colônias de povoamento daqueles que foram colônias de exploração. As colônias de povoamento, nesse sentido, eram economias que atendiam à demanda agropecuária das metrópoles, já as de exploração, eram economias tipicamente de enclave, focadas na extração de recursos minerais e florestais. Enquanto as primeiras, então, deram margem ao florescimento de um mercado interno, pela exigência de importar mão de obra da metrópole e pela ocupação extensiva do território, as segundas eram mais estreitamente controladas pelos interesses estrangeiros, sendo mais rígidas social e economicamente. Devido à sua história própria, defenderam os autores, é que, após o fim do pacto colonial, terão as antigas colônias de povoamento a capacidade de realizarem políticas nacionais de desenvolvimento, desvinculadas dos interesses metropolitanos – diferentemente das antigas colônias de exploração.

Mesmo reconhecendo o mérito da análise conduzida por Cardoso e Faletto, Vânia é contundente ao criticar não só a origem dos tipos, mas, também, sua classificação e, principalmente, a falta de entendimento do processo econômico como sendo, ao mesmo tempo – e essencialmente –, um processo histórico. Para ela, ambos os autores limitaram o fator econômico a um marco original, passando à análise de fatores sociológicos descolados de qualquer base real nos interesses econômicos dos agentes sociais. Também foram

incapazes de perceber as mudanças no mercado mundial que transformaram as economias dependentes a partir do século XIX. Em suma, Cardoso e Faletto teriam ignorado a evolução da economia internacional e das relações internas de produção, reduzindo o papel econômico a uma base estática, em que por cima movimentam-se atores motivados apenas por razões de fundo sociológico.

Pesquisando sob orientação de Theotônio dos Santos, no âmbito do Centro de Estudos Sócio Econômicos (CESO)/Universidade do Chile, e, mais à frente, da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam), Vânia leva adiante o projeto de pesquisa compartilhado por seus colegas da Teoria Marxista da Dependência, como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e o próprio Theotônio, partindo, dessa forma, de uma concepção de subdesenvolvimento que comporia uma unidade dialética junto do desenvolvimento. Nessa linha, os países centrais e os países dependente seriam como que dois lados de uma mesma moeda, e o imperialismo não poderia ser entendido senão como algo derivado da frágil, porém grave e perene, associação de setores das burguesias nacionais latino-americanos às suas contrapartes estrangeiras, oriundas dos centros hegemônicos do capitalismo.

Já devido ao seu referencial teórico, Vânia descarta argumentações etapistas e estratégias pseudo-revolucionárias que defendiam uma aliança entre classes: o subdesenvolvimento não é, para ela, uma etapa por que se deve passar para se chegar ao desenvolvimento – leia-se: não existem países “em desenvolvimento” –, sendo esta última condição, de país desenvolvido, inalcançável às periferias globais nos marcos do sistema socioeconômico vigente. Faz-se, pois, necessária a revolução socialista, na América Latina – para hoje, porém, e não para depois de uma revolução burguesa que ainda estaria por se dar, no continente, segundo, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro, à época.

O tema da revolução burguesa latino-americana, inclusive, ganha, em “O capitalismo dependente latino-americano”, especial atenção: aqui, depois de desenvolvida sua tese de que, em países de tipo A, o Estado burguês-industrial seria caracterizado por ter um compromisso indelével para com a burguesia agrária (sobretudo porque os capitais empregados na indústria provinham das divisas ingressadas no país a partir das exportações de produtos primários), Vânia deixa muito claro como a revolução burguesa latino-americana já se deu, ainda que de uma forma distinta (mais descontínua e lenta, e nem tão abrupta, sangrenta e definitiva) quando comparada às revoluções burguesas por que passaram os países europeus e os EUA, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Desse modo, Vânia explica, cirurgicamente, porque não existe a necessidade tático-estratégica, em prol da revolução socialista, de se unirem os trabalhadores à burguesia industrial para o combate às oligarquias nacionais, que

atravancariam o desenvolvimento das forças produtivas do país. Pelo contrário, a luta revolucionária deve ser da classe trabalhadora unida (trabalhadores urbanos e rurais) contra toda a classe capitalista (industrial e agrária).

Particularmente quanto à sua tipologia do subdesenvolvimento, por outro lado, o que parecia ser apenas uma divisão temporal separando os tipos em questão, revela-se profunda na medida em que a base dessa divisão tem um caráter qualitativo pautado pelo estudo do concreto e pelo cultivo da dialética.

Vânia, pois, separa os países latino-americanos em, basicamente, dois tipos: A e B. Note-se que, ainda que os países chamados de tipo A (Brasil, México, Argentina, Chile, Uruguai e Colômbia) passaram por processos de industrialização antes da 2ª Grande Guerra, e os países de tipo B (Venezuela, Peru, Equador, Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Haiti etc.) ou o fizeram posteriormente a ela, ou ainda estão por fazê-lo, o fundamento da diferenciação é, antes de tudo, o fato dos países de tipo A haverem-se industrializado com capital nacional e os países de tipo B com capital estrangeiro. Ou seja, não é tanto quando se industrializaram, mas, antes, como o fizeram, que importa fundamentalmente à análise de Vânia, que vem a mostrar, então, como foram diversos os desdobramentos políticos e sociais desses dois tipos distintos de industrialização dependente, os quais conformaram, cada qual à sua maneira (em maior ou menor grau semelhantemente que seja, a depender do que se está a analisar), o cenário interno das forças sociais em disputa e as relações destas com as suas contrapartes estrangeiras.

Para Vânia, nesse contexto, o que possibilitou aos países de tipo A o desabrochar de uma indústria nacional na transição do século XIX ao XX foi a dinamização do mercado interno ocorrido nessas economias após a Segunda Revolução Industrial, pela qual as potências industriais passaram a demandar, cada vez mais, produtos primários e buscaram exportar quantidades crescentes de produtos manufaturados, investindo diretamente na construção de infraestrutura naqueles mercados incipientes. Soma-se a isso a pressão inglesa de fins do século XIX pelo fim do trabalho escravo, que permitiu o assalariamento da força de trabalho no setor exportador e que gerou uma cadeia de impulsos dinâmicos, inserindo vastas camadas da população no setor monetário. Inicialmente realizada nas manufaturas mais básicas para atender à demanda dos assalariados e trabalhadores urbanos, onde os custos de produção da importação dificultavam a competição das empresas europeias, o processo de industrialização ganhou um novo motor com a chamada substituição de importações, nos momentos de crise do mercado mundial, em especial com a 1ª Grande Guerra, com a Crise de 1929 e, enfim, com a 2ª Grande Guerra. A demanda das classes oligárquicas não pôde ser

satisfeita em meio à depressão mundial e, por consequência, ali onde já haviam indústrias nascentes o processo se alastrou.

Quanto aos países de tipo B, industrializados no pós-2ª Grande Guerra (ou ainda não industrializados na década de 1970, quando é escrito o livro), Vânia mostra como essas economias não se beneficiaram do cenário condicionante pois elas não receberam aqueles impulsos dinamizadores no mercado interno, e, particularmente, pelo fato de seus setores principais estarem total ou quase totalmente em mãos de empresários estrangeiros das metrópoles. No final das contas, note-se, isso se deu na maioria dos países de enclave, como Cardoso e Faletto apontaram. Neste ponto, destarte, a tipologia de Vânia se aproxima daquela proposta por esses autores.

Enquanto militante política nas ligas camponesas e fundadora da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Vânia trata, ainda, com especial atenção, da temática da terra, mostrando como – retomando uma discussão que atravessa toda a Economia Política, desde os clássicos, com destaque para David Ricardo, até Lênin – a reforma agrária, em primeiro lugar, e a própria abolição da propriedade privada da terra, mais fundamentalmente, constituiriam movimentos incontornáveis para fosse possível o pleno desenvolvimento das forças produtivas nacionais, no âmbito do próprio capitalismo, uma vez a) a renda da terra representasse obstáculo ao crescimento da indústria, já que era um montante de capital desviado, pelos proprietários de terra, para um consumo improdutivo (muitas vezes pelo comprometimento mesmo do crédito nacional); e b) o caráter monopólico da propriedade da terra na América Latina freasse o desenvolvimento de um mercado interno e da própria indústria (pela necessidade de se pagar maiores salários) por conta dos altos preços dos gêneros alimentícios. Devido, porém, ao compromisso da burguesia industrial para com as oligarquias, Vânia deixa claro, jamais suas políticas atreveram-se a desafiar, até às últimas consequências, os interesses dessas oligarquias, mesmo em países, como o México, donde se levou a cabo a reforma agrária.

Poderíamos, enfim, seguir longamente, nessa linha, apontando para os pontos sobre os quais Vânia debruçou-se, com esmero, em “O capitalismo dependente latino-americano”. Afinal, para além do que já comentamos, ela tratou de localizar as classes médias entre os projetos de sociedade oferecidos pelos trabalhadores e pela burguesia; de apontar para o erro imenso contido na expressão “Estado de massas”, empregado para descrever os regimes industriais-populistas implantados nos países de tipo A entre as décadas de 1930 a 1950; de indicar o surgimento de tendências subimperialistas no continente; de apontar para a importância dos setores complementares à indústria etc. Gostaríamos, porém, para finalizar

essa resenha – acreditando logramos já prover o leitor de um panorama do livro que dê mostra de sua grandiosidade –, de chamarmos atenção para um último ponto da obra de Vânia, que nos parece especialmente importante, qual seja, aquele que diz respeito à associação entre burguesias locais e suas contrapartes imperialistas, que se aprofunda, segundo a autora, a partir da década de 1950 – quando ganha impulso o processo de integração monopólica –, e dá início, nos países de tipo A, a um processo de desnacionalização da indústria (impossível de se dar em países de tipo B, note-se, porque seus processos de industrialização hajam, desde o início, ocorrido, essencialmente, com a, e devido à, participação do capital estrangeiro).

Para Vânia, nesse sentido, “a partir dos anos 1950, a história das burguesias nacionais latino-americanas naqueles países em que [as burguesias nacionais] puderam existir, é a história de sua integração ao imperialismo, da sua submissão enquanto classe ao imperialismo, do abandono de suas ambições nacionalistas e autonomistas e do fim dos seus projetos próprios.” (BAMBIRRA, 2013, p. 134), não por qualquer mediocridade moral, mas por uma necessidade histórica: não podendo as burguesias latino-americanas dos países do tipo A reproduzirem e ampliarem seu domínio e lucros sem romper, em definitivo, com as oligarquias locais, e sendo-lhes impossível levar a cabo esse rompimento, devido à sua dependência das divisas derivadas das exportações de produtos primários, restou-lhes, a tais burguesias, sua submissão e associação, como sócias-menores, à burguesia do Império, ou seja, dos Estados Unidos da América.

E isso, enquanto desenrola-se uma mudança substancial na dependência latino-americana, com a transformação gradual do maquinário-mercadoria (dependência comercial) em maquinário-capital (dependência tecnológica): enquanto em um primeiro momento, a dependência expressava-se pela importação de máquinas e pela exportação de produtos primários, em um segundo momento, ela passa a expressar-se pelo investimento direto externo na periferia, para o aproveitamento de “melhores” condições de produção e para a delegação de partes das cadeias produtivas globais de menor valor agregado às economias periféricas. Com isso, passam a extrair - via remessas de lucros, por exemplo – as burguesias imperialistas de uma mais-valia extraordinária do próprio montante de mais-valia apropriado originalmente pelas burguesias nacionais, as quais, então, aumentarão a exploração da classe trabalhadora no intento de compensá-lo, dando origem ao fenômeno da superexploração da força de trabalho – categoria que será mais desenvolvida por outros autores da Teoria Marxista da Dependência, como Ruy Mauro Marini.

Por essa submissão das burguesias nacionais latino-americanas ao imperialismo, que, porém, não significa de forma alguma o relaxamento do seu domínio sobre as nossas

sociedades (muito pelo contrário), Vânia conclui nossas elites passam a caracterizarem-se – novamente, cultivando a contradição! – como classes dominantes-dominadas, do que decorrem diversos fenômenos no âmbito da política, da economia, do trabalho, do controle social, da Defesa etc., característicos dos países do nosso continente – sobretudo do tipo A, que passaram e ainda passam por uma desnacionalização gradual e perene das suas estruturas produtivas – e que podem ser observados facilmente, mesmo a olhos nus de teoria.

Por tudo isso (e muito mais), Vânia Bambirra é uma intelectual do mais alto calibre, e sua obra, de modo geral – com destaque para “O capitalismo dependente latino-americano” –, merece e deve ser consultada com atenção por todos aqueles que, latino-americanos ou não, desejam compreender mais acerca dos padrões de reprodução dependente do capital na periferia do sistema capitalista e, mais que isso, como opera e quais os produtos do imperialismo nessa mesma periferia. Se se tem uma molécula que seja de sensibilidade ético-social, então... eis uma autora incontornável para se ter à cabeceira.

Vânia Bambirra: sempre ao pé do canhão!

Referências

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano** (2ª edição). Florianópolis: Insular, 2013.